A QUESTÃO LITÚRGICA

OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Antes de ler este texto, preciso esclarecer alguns termos que são importantes.

Uso a palavra "leigos", com muita frequência, no sentido em que é usado na Igreja, ou seja, "pessoas que não fazem parte da hierarquia, que não são bispos ou padres/presbíteros". Embora o Concílio Vaticano II tivesse empregado essa palavra, ela é muito questionada porque, no Novo Testamento, não existe essa distinção entre hierarquia e leigos. No NT, todos somos santos, todos somos irmãos, todos somos carismáticos, todos somos o povo sacerdotal. Mas não vou entrar nessa discussão teológica neste texto.

Vou sempre escrever "padres/presbíteros" para me referir aos padres. Isso é para lembrar que os padres são aquelas pessoas que o Novo Testamento chama de presbíteros, pessoas designadas pelos apóstolos e/ou eleitas pelas comunidades para presidir as comunidades, mas que nunca eram chamados de sacerdotes. Essa função de direção era um dos carismas citados por Paulo em 1 Cor 12,29 – carisma do "governo" ou "direção"; aliás, o penúltimo citado. O serviço dos padres/presbíteros é o da coordenação da comunidade, ou seja, dos demais carismas. Devido a sua função de direção, eles é que presidiam as reuniões da Ceia (quando não havia apóstolo presente), mas não eram eles que, necessariamente, pregavam. Geralmente, quem fazia isso eram os profetas ou "doutores" (os que sabiam explicar a Palavra de Deus).

"Presbitério" é o espaço da igreja onde fica o altar, de onde é presidida a celebração – e é nesse sentido que emprego aqui. Também pode significar "conjunto de presbíteros".

1 – OLHANDO A REALIDADE: EVOLUÇÃO E RETROCESSO

Leigo não pode beijar o altar. É?

O povo não pode rezar a oração "Senhor Jesus Cristo, que dissestes aos vossos apóstolos...", pois é uma oração do sacerdote. Será?

Os ministros da Eucaristia não podem ficar no presbitério, pois ali é só para os padres. É?

A assembleia não pode acompanhar os textos, lendo na Bíblia ou em folhetos, durante a celebração.

Então... Faz tempo que temos ouvido regras desse tipo como importantes para uma boa celebração. Entretanto, será que tem que ser assim mesmo? Será que a boa liturgia é aquela que segue uma porção de regulamentos? Volta e meia, ouvimos algum liturgista apresentando novas regras litúrgicas que acha "importantíssimas". E se regulamenta quase tudo. Uma vez ouvi a palestra de um rapaz especialista em Liturgia que gastou quase meia hora explanando sobre o tamanho da toalha do altar. Nessa linha, temos regras sobre as cores, as vênias, as genuflexões, as posições em que ficam os livros etc.. Na verdade, começo a desconfiar que estamos voltando aos velhos tempos da missa em latim em que tudo era regulamentado: até que ponto o padre podia abrir os braços durante a oração eucarística e durante a consagração, qual a altura da voz em cada tipo de oração e assim por diante.

Naqueles tempos, antes do Concílio Vaticano II, na Igreja havia uma concepção de que a hierarquia é que era a Igreja. Vejam só essa afirmação do Papa Pio X, em 1906:

> *Quanto à multidão, não possui outro direito senão o de deixar-se conduzir e, docilmente, seguir os seus pastores.*

Por isso, a Liturgia daquele tempo era toda centrada nos padres/presbíteros, enquanto o leigo, no máximo, podia ser sacristão ou coroinha. Só se falava em sacerdócio referindo-se ao clero.

O Concílio Vaticano II veio resgatar a concepção de que a Igreja é o povo sacerdotal e,

portanto, que o **papel do leigo é não apenas obedecer (como dizia o Papa Pio X), mas que ele era ator importante na ação da Igreja seja na evangelização, seja na liturgia.**

Assim, os leigos deixaram ser mais do que coroinhas e sacristães passando a assumir verdadeiros ministérios que são – digamos assim – de "caráter oficial": leitores, ministros da Palavra (em alguns lugares de maneira formal, em outras de maneira informal) ministros da eucaristia, ministros do batismo, diáconos. Por isso, ao redor dos altares (naquele espaço que se chama "presbitério"), víamos os leigos presentes, auxiliando nas celebrações e, em muitos lugares onde não há padres/presbíteros, os leigos têm assumido a presidência das celebrações com responsabilidade e competência.

Outra palavra de ordem que o **Concílio lançou foi "participação": a participação dos leigos devia ser incentivada em todas as esferas da vida da Igreja.** Com esse espírito foram criados os conselhos paroquiais, conselhos comunitários, equipes de liturgia, equipes de batismo etc., além de diversas pastorais. Nesses conselhos, equipes e pastorais, os leigos não estavam apenas para ajudar aos padres/presbíteros, obedecendo às ordens deles. Pelo contrário, **eles deviam participar mesmo, no sentido, de apresentar sugestões, deliberar, inclusive votando quando fosse necessário.**

Dentro desse mesmo espírito, eram buscadas formas de estimular a participação do povo na celebração de forma mais ativa. Os antigos corais foram transformados em equipes de canto com a função de levarem todo o povo a cantar. As equipes de liturgia foram criadas tanto para auxiliar a comunidade em sua participação quanto para possibilitar que mais pessoas atuassem nas celebrações. Por isso, quanto mais leitores e comentaristas houvesse, melhor seria a equipe.

Ainda nessa perspectiva, os padres/presbíteros convidavam o povo a rezar junto orações como "Senhor Jesus Cristo..." e a doxologia final da oração eucarística ("Por Cristo, com Cristo...), o que, aliás, ainda se vê acontecer em muitos lugares. A propósito, a doxologia proclamada por toda comunidade era muito forte e tem pleno sentido litúrgico, no sentido de que é a Igreja toda aclamando e endossando a oração eucarística, proclamando a glória do Pai, por Cristo, com Cristo e em Cristo.

Após algum tempo, sobretudo após o início do papado de João Paulo II, começou um recuo em vários aspectos.

Foi retomado o discurso de que certas coisas são próprias do sacerdote-padre/presbítero e que o povo não podia fazer tais coisas. Havia casos de bispos que até davam bronca no povo (e no padre/presbítero) quando o povo começava a rezar junto com ele a doxologia ou a oração da paz. A justificativa é que se tratava de oração "sacerdotal" (esquecendo completamente da profundidade do mistério de que a Igreja é o povo sacerdotal). Mesmo em lugares onde não havia padre/presbítero e que os leigos é que presidiam a celebração dominical (que alguns chamam de celebração da Palavra, outros de culto), esses leigos eram proibidos de vários detalhes. Entre elas, uma das mais estranhas era a de que eles, embora estivessem presidindo, não deviam fazer isso do altar e, portanto, deveriam presidir de um dos lados de onde se faziam as leituras. Nessas comunidades em que não havia padre, era comum as pessoas manterem alguns ritos da missa como "Cordeiro de Deus...", a oração "Livrai-nos de todos os males...". Também isso foi proibido porque são orações próprias de missa, ou seja, quando tem padre/presbítero presente. O curioso é que tais orações são preparatórias para a comunhão e, mesmo quando não há missa, há a distribuição da comunhão para a comunidade. Mais recentemente, primeiro colocaram os ministros da eucaristia num canto do presbitério, o mais afastado possível do altar e do padre/presbítero. Agora, os ministros da eucaristia foram definitivamente deslocados para fora do presbitério, pois – dizem – no presbitério só podem ficar os padres/presbíteros.

Enfim, voltamos ao ponto de partida: os leigos voltam a ser figuras secundárias e auxiliares. Eles só não são definitivamente dispensados por causa da carência de padres que enfrenta a Igreja, pois ela sabe que, sem esses leigos, muitas comunidades e muitas ações pastorais não existiriam.

2 – REFLEXÃO SOBRE A LITURGIA

Vamos, primeiro, dar uma rápida olhada no uso dessa palavra na Bíblia.

A palavra em grego:

"Liturgia" (*leitourgeia)* é composta pelas palavras gregas *laós*, que significa "povo", e *érgon*, que significa "ação, trabalho ou obra". Os correlatos dela são o verbo *leitourgein* que significa "servir" e o substantivo *leitourgós* (liturgo) que significa "servidor". Numa tradução quase literal, "liturgia" seria "trabalho para o povo" ou "ação para o povo". Seu sentido correto é "serviço público", como era entendido na Grécia antiga.

Na Grécia, chamava-se de liturgia ao serviço público que os ricos deviam prestar gratuitamente. Os encarregados desses serviços eram chamados de liturgos. Esses liturgos eram indicados entre os cidadãos mais ricos para dirigir e financiar com seus próprios recursos determinadas atividades. Por exemplo: o ginásio, as artes dramáticas e a manutenção de um barco trirreme (usado para guerra) eram feitas pelos liturgos que eram indicados pelo Arconte (= dirigente da cidade). Havia muitos liturgos nas cidades (calculam-se mais mil). Isso era considerado uma obrigação moral e muitas pessoas tinham orgulho de serem liturgos. Embora isso desse muito trabalho, também dava muito prestígio.

Em Roma, chamavam-se de liturgos os escravos que trabalhavam no serviço público, quer dizer, que não eram propriedade de indivíduos, mas do estado.

A tradução grega do Antigo Testamento chamada de LXX (Setenta, "Septuaginta") usa a palavra "liturgia" (=serviço) para se referir a culto ou cerimônia religiosa.

No Novo Testamento, "liturgia" aparece em At 13,2 indicando a celebração da comunidade cristã em Antioquia, quando enviaram Paulo em sua primeira viagem missionária:

> *Celebrando eles a liturgia em honra do Senhor e jejuando, disse-lhes o Espírito Santo: 'Separai para mim Barnabé e Saulo, para a obra à qual lhes destinei.' E então, depois de terem jejuado e orado impuseram-lhes as mãos de despediram-nos.*

Entretanto, na maioria das vezes, "liturgia" não se refere no Novo Testamento a celebrações religiosas. Em Paulo, o liturgo significa "aquele que presta um serviço", "servidor". Um exemplo muito claro disso é quando Paulo diz na Carta aos Romanos (13,1-7) que as autoridades públicas devem ser respeitadas, pois, devido à responsabilidade que têm, são "servidores de Deus" (a expressão grega é: "liturgos" de Deus). Nesse sentido de "servidor", Paulo fala de Epafrodito como seu "liturgo" quanto às necessidades materiais, além de ser seu "irmão, colaborador e companheiro de lutas" (Flp 2,25). Fala do mesmo modo quando diz que vai a Jerusalém para levar a coleta que as outras comunidades tinham feito para ajudar a Igreja de Jerusalém que estava com dificuldades: "mas agora, vou a Jerusalém servir (*leiturgesai*) aos santos." (Rom 15,27).

Paulo usa também o termo "liturgo de Cristo Jesus" em Rom 15,16: "... graça que me foi concedida por Deus de ser o ministro de Cristo Jesus para os gentios...".

Num sentido mais geral de serviço, ele usa "liturgia" em Flp 2,17: "... se o meu sangue for derramado em libação, em sacrifício e serviço (liturgia) da vossa fé, alegro-me...".

Portanto, liturgia é muito mais que celebração e, mesmo no sentido religioso, não pode ser limitada ao aspecto ritual. Ela **é antes de tudo um serviço ao povo.** Por isso, as questões importantes quando se trata de liturgia não são: isso pode? Aquilo não pode? É certo fazer assim? **A pergunta essencial é: isso está sendo bom para o crescimento do povo? Ou na linguagem de Paulo: isso é útil para a edificação da Igreja?**

A boa liturgia é aquela em que a comunidade cristã vivencia sua condição de povo sacerdotal. E ela só pode vivenciar isso se sentir que é realmente CELEBRANTE quando se reúne para orar. Principalmente na celebração eucarística, é essencial que a comunidade reunida se sinta CELEBRANTE e não apenas assistente ou espectadora. É a assembleia que celebra a Eucaristia, a Ceia, a Missa (seja lá que nome se prefira). O padre/presbítero tem a função de presidir à celebração

– e isso é essencial, mas não é o mais importante. O mais importante é que haja uma assembleia celebrante. Ao menos uma pessoa deve estar presente e, apenas excepcionalmente, pode o padre/presbítero celebrar sozinho, conforme o cânon 906 do Direito Canônico.

Tudo o que vimos até aqui, levanta uma porção de questões para nós. Inclusive a que é mais importante: nossas assembleias se sentem celebrantes ou apenas como público assistente? E todas essas regras que vivem nos repassando ajudam a comunidade a celebrar melhor, a participar mais ativamente, a viver a experiência sacerdotal?

3 – NOSSAS EUCARISTIAS

Essa reflexão surgiu a partir de um questionamento que tenho me feito cada vez mais sobre o modo como celebramos a Eucaristia hoje.

A celebração eucarística mudou muito ao longo da história. No comecinho da Igreja chamavam de "Fração do Pão", logo depois "Ceia". Nesses primeiros tempos, os cristãos se reuniam para cear, conforme o mandamento de Jesus. Se não houvesse apóstolo, o chefe da casa onde acontecia a reunião presidia a ceia repetindo as palavras de Jesus da última ceia no momento apropriado. Evidentemente, durante essa refeição fraterna, eles oravam, falavam sobre Jesus, sua morte e ressurreição, ouviam os ensinamentos dos apóstolos, conversavam sobre suas vidas e partilhavam os bens com os mais pobres.

Em seguida, essas reuniões se organizaram um pouco mais: além do que já faziam, cantavam hinos, liam textos do Antigo Testamento e, quando começaram a surgir os primeiros textos do Novo Testamento, liam esses textos. Mais tarde, em função de alguns problemas que surgiram, começou uma espécie de regulamentação dessas reuniões tais como: não levarem mais alimentos para partilhar na ceia e permitir que somente os presbíteros autorizados presidissem as ceias. Foi aí que começou a crescer a importância do presbítero que passou a ser chamado também de sacerdote. De qualquer modo, nos primeiros séculos, quando não havia um presbítero ordenado para presidir a eucaristia, num domingo, qualquer pessoa da comunidade poderia presidi-la.

Pouco a pouco começaram a ser criadas várias normas até que o Concílio de Trento (1545 a 1563), estabeleceu um ritual detalhado para a missa que valeu até os anos de 1960. Era tão "misterioso", todo em latim, que parecia um rito mágico secreto.

Paulo VI foi quem, em 1969, alterou o antigo ritual da missa e fez com que ele tivesse o dinamismo que tem hoje. Contudo, paramos por aí, não evoluímos mais: missas cantadas, missas animadas, missas bonitas, missas populares. Ou, quando não há padre/presbítero para presidir, celebramos não-missas cantadas, animadas, bonitas, populares. Por isso, há uma última questão que gostaria de levantar.

Nossas celebrações eucarísticas se parecem com uma ceia? Nós, quando celebramos nossas eucaristias, sentimos que se trata de uma ceia? Uma pessoa de fora perceberia que estamos numa ceia enquanto celebramos nossa eucaristia?

Fecho essa reflexão.

Sempre aparecem novas regras e ritos sobre como celebrar a eucaristia (ou como não celebrar). Nem sempre são claras suas finalidades. Todas essas normas litúrgicas que criaram, que criam, que recriam servem para quê? Elas ajudam a comunidade a viver aquela experiência original da Igreja de que está numa ceia, numa ceia de verdade, numa ceia especial, que é a CEIA DO SENHOR?

Esse é o ponto.